



**Demonstrações Financeiras**  
**em 31 de dezembro de 2018 e de 2017**  
**Conglomerado Prudencial**



Iguatemi Business  
Avenida Nilo Peçanha, 2.900  
9º andar --Chácara das Pedras  
91.330-001- Porto Alegre - RS - Brasil  
Tel: +55 51 3204-5500  
ey.com.br

## **Relatório dos Auditores independentes sobre as Demonstrações Financeiras**

Aos  
Controladores e aos Diretores do  
**Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul – BRDE**  
Porto Alegre - RS

### **Opinião**

Examinamos as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial do Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul - BRDE (“Banco”), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Essas demonstrações financeiras de propósito especial foram elaboradas de acordo com os procedimentos específicos estabelecidos pela Resolução nº 4.280, de 31 de outubro de 2013, do Conselho Monetário Nacional e regulamentações complementares do Banco Central do Brasil, descritos na Nota Explicativa nº 2.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada do Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul - BRDE em 31 de dezembro de 2018, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as disposições para elaboração das demonstrações financeiras do conglomerado prudencial previstas na Resolução nº 4.280, do Conselho Monetário Nacional e regulamentações complementares do Banco Central do Brasil, para elaboração dessas demonstrações financeiras consolidadas de propósito especial, conforme descrito na Nota Explicativa nº 2 às referidas demonstrações.

### **Ênfase**

#### *Base de elaboração das demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial*

Conforme mencionado na nota explicativa nº 2, as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial foram elaboradas pela Administração do Banco para cumprir os requisitos da Resolução nº 4.280, do Conselho Monetário Nacional e regulamentações complementares do Banco Central do Brasil. Consequentemente, o nosso relatório sobre essas demonstrações financeiras consolidadas foi elaborado exclusivamente para cumprimento desses requisitos específicos e, dessa forma, pode não ser adequado para outros fins. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

## **Outros assuntos**

### *Demonstrações financeiras individuais*

O Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul - BRDE elaborou um conjunto de demonstrações financeiras para fins gerais referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, sobre o qual emitimos relatório de auditoria sem modificações, nesta mesma data.

## **Base para opinião**

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas”. Somos independentes em relação ao Banco, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

## **Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial**

A Administração do Banco é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial de acordo com a Resolução nº 4.280, do Conselho Monetário Nacional, e regulamentações complementares do Banco Central do Brasil, cujos principais critérios e práticas contábeis estão descritos na Nota Explicativa nº 2, assim como pelos controles internos que a Administração determinou como necessário para permitir a elaboração das referidas demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial livres de distorção relevante, independente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de o Banco continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras a não ser que a Administração pretenda liquidar o Banco ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Banco são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras do Conglomerado Prudencial.

## **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras consolidadas, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco a não mais se manterem em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Porto Alegre, 26 de março de 2019

ERNST & YOUNG  
Auditores Independentes S.S.  
CRC-2SP015199/O-6



Dario Ramos da Cunha  
Contador CRC-1SP214144/O-1

	Nota	2018	2017
<b>ATIVO CIRCULANTE</b>		<b>5.395.592</b>	<b>4.870.353</b>
<b>Disponibilidades</b>		<b>43</b>	<b>5</b>
<b>Aplicações interfinanceiras de liquidez</b>		<b>769.231</b>	<b>775.345</b>
Aplicações no mercado aberto	4.1	769.231	775.345
<b>Títulos e valores mobiliários</b>	<b>4.2</b>	<b>2.043.026</b>	<b>1.605.189</b>
Carteira própria	4.2	2.036.604	1.599.155
Vinculados à prestação de garantias	4.2	6.422	6.034
<b>Operações de crédito</b>	<b>5</b>	<b>2.272.762</b>	<b>2.245.566</b>
Operações de crédito	5	2.380.665	2.386.926
Provisão para operações de crédito	5.4	(107.903)	(141.360)
<b>Outros créditos</b>		<b>248.201</b>	<b>201.050</b>
Créditos por avais e fianças honrados	5.1	55.166	7.233
Rendas a receber		5.958	2.456
Diversos	6.2	242.247	197.968
Provisão para outros créditos	5.4 / 5.6	(55.170)	(6.607)
<b>Outros valores e bens</b>	<b>7</b>	<b>62.329</b>	<b>43.198</b>
Outros valores e bens		69.873	49.761
Provisão para desvalorização		(7.544)	(6.564)
Despesas antecipadas		-	1
<b>ATIVO NÃO CIRCULANTE</b>		<b>11.859.858</b>	<b>12.309.398</b>
<b>REALIZÁVEL A LONGO PRAZO</b>		<b>11.811.155</b>	<b>12.280.399</b>
<b>Títulos e valores mobiliários</b>	<b>4.2</b>	<b>632.275</b>	<b>621.543</b>
Carteira própria	4.2	632.275	621.543
<b>Operações de crédito</b>	<b>5</b>	<b>10.850.506</b>	<b>11.178.349</b>
Operações de crédito	5	11.119.792	11.555.574
Provisão para operações de crédito	5.4 / 5.6	(269.286)	(377.225)
<b>Outros créditos</b>		<b>326.544</b>	<b>479.768</b>
Créditos específicos	6.1	-	96.290
Rendas a Receber		3.799	-
Diversos	6.2	322.747	384.156
Provisão para outros créditos	5.4 / 5.6	(2)	(678)
<b>Outros valores e bens</b>	<b>7</b>	<b>1.830</b>	<b>739</b>
Investimentos temporários		3.114	1.671
Provisão para perdas de investimentos temporários		(1.284)	(932)
<b>PERMANENTE</b>		<b>48.703</b>	<b>28.999</b>
<b>Investimentos - outros</b>		<b>1.669</b>	<b>1.663</b>
<b>Imobilizado de uso</b>	<b>8.1</b>	<b>40.190</b>	<b>19.887</b>
Imóveis de uso		43.847	21.694
Outras imobilizações de uso		21.910	21.665
Depreciação acumulada		(25.567)	(23.472)
<b>Imobilizado de arrendamento</b>			
Bens arrendados		1.449	1.449
Depreciação acumulada		(1.449)	(1.449)
<b>Intangível</b>	<b>8.2</b>	<b>6.844</b>	<b>7.449</b>
Ativos intangíveis		21.802	19.017
Amortização acumulada		(14.958)	(11.568)
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<b>17.255.450</b>	<b>17.179.751</b>

(continua)

	Nota	2018	2017
<b>PASSIVO CIRCULANTE</b>		<b>3.239.732</b>	<b>2.971.449</b>
<b>Obrigações por repasses no país - instit. oficiais</b>	<b>9</b>	<b>2.366.960</b>	<b>2.371.293</b>
Tesouro Nacional		220	7.309
Banco do Brasil		28.830	23.958
BNDES		1.816.201	1.815.540
CEF		6.310	1.680
FINAME		475.390	495.844
FINEP		36.905	26.962
Outras instituições		3.104	-
<b>Obrigações por repasses do exterior</b>		<b>10</b>	<b>-</b>
Repasses ao exterior		10	-
<b>Instrumentos financeiros derivativos</b>		<b>-</b>	<b>6</b>
Instrumentos financeiros derivativos		-	6
<b>Outras obrigações</b>		<b>872.762</b>	<b>600.150</b>
Fiscais e previdenciárias	10	99.701	127.224
Fundos financeiros e de desenvolvimento		721.420	409.789
Diversas	11	51.641	63.137
<b>PASSIVO NÃO CIRCULANTE</b>		<b>11.332.210</b>	<b>11.690.876</b>
<b>Obrigações por repasses no país - instit. oficiais</b>	<b>9</b>	<b>10.901.233</b>	<b>11.343.393</b>
Tesouro Nacional		490	562
Banco do Brasil		176.425	166.819
BNDES		8.985.318	9.127.888
CEF		71.870	61.053
FINAME		1.459.118	1.835.424
FINEP		201.495	151.647
Outras instituições		6.517	-
<b>Obrigações por repasses do exterior</b>		<b>40.377</b>	<b>-</b>
Repasses ao exterior		40.377	-
<b>Outras obrigações</b>		<b>390.600</b>	<b>347.483</b>
Fiscais e previdenciárias	10	68.167	34.645
Diversas	11	322.433	312.838
<b>RESULTADOS DE EXERCÍCIOS FUTUROS</b>		<b>7.180</b>	<b>6.680</b>
Resultados de exercícios futuros		7.180	6.680
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO (Nota 11)</b>		<b>2.676.328</b>	<b>2.510.746</b>
Capital social	13	1.174.413	1.013.907
Reserva de capital		1.587.249	1.569.235
Ajustes de avaliação patrimonial	4.1 / 20.3	(85.334)	(72.396)
<b>TOTAL DO PASSIVO</b>		<b>17.255.450</b>	<b>17.179.751</b>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

## DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO

### CONGLOMERADO PRUDENCIAL

Semestre e exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

Valores expressos em milhares de reais

	Nota	2º Semestre 2018	Exercício 2018	Exercício 2017
<b>RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA</b>		<b>756.941</b>	<b>1.468.886</b>	<b>1.418.891</b>
Operações de crédito	15	653.456	1.268.349	1.139.541
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários		103.485	200.537	282.257
Resultado com instrumentos financeiros derivativos		-	-	(2.907)
<b>DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA</b>		<b>(430.667)</b>	<b>(926.765)</b>	<b>(891.722)</b>
Operações de empréstimos e repasses		(347.671)	(693.549)	(605.965)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa		(82.996)	(233.216)	(285.757)
<b>RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA</b>		<b>326.274</b>	<b>542.121</b>	<b>527.169</b>
<b>OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS</b>		<b>(104.152)</b>	<b>(191.762)</b>	<b>(294.451)</b>
Receitas de prestação de serviços	16	13.488	29.083	33.523
Despesas de pessoal	17	(93.684)	(176.044)	(187.079)
Outras despesas administrativas	18	(27.167)	(48.876)	(53.189)
Despesas tributárias		(19.457)	(35.497)	(36.035)
Outras receitas operacionais	19	49.785	104.467	58.601
Outras despesas operacionais	20	(27.117)	(64.895)	(110.272)
<b>RESULTADO OPERACIONAL</b>		<b>222.122</b>	<b>350.359</b>	<b>232.718</b>
<b>RESULTADO NÃO OPERACIONAL</b>		<b>(365)</b>	<b>(403)</b>	<b>22.692</b>
<b>RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO</b>		<b>221.757</b>	<b>349.956</b>	<b>255.410</b>
<b>IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL</b>	14	<b>(108.976)</b>	<b>(171.436)</b>	<b>(137.362)</b>
Provisão para imposto de renda		(51.314)	(75.297)	(90.698)
Provisão para contribuição social		(41.055)	(57.703)	(75.925)
Ativo fiscal diferido		(16.607)	(38.436)	29.261
<b>LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO</b>		<b>112.781</b>	<b>178.520</b>	<b>118.048</b>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras



**DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO**  
**CONGLOMERADO PRUDENCIAL**

Semestre e exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017  
Valores expressos em milhares de reais

	<b>Capital social</b>	<b>Incentivos fiscais</b>	<b>Reserva de capital Fundo regimental</b>	<b>Ajustes de avaliação patrimonial</b>	<b>Lucros acumulados</b>	<b>Total</b>
<b>SALDOS EM 1º DE JANEIRO DE 2017</b>	<b>971.670</b>	<b>709</b>	<b>1.510.028</b>	<b>(41.404)</b>		<b>2.441.003</b>
Ajustes de avaliação patrim - TVM				(3.754)		(3.754)
Ajustes de avaliação patrim - Ganhos atuariais				(27.238)		(27.238)
Provisão sobre garantias prestadas					(17.313)	(17.313)
Absorção de prejuízos acumulados com reservas			(17.313)		17.313	-
Aumento de capital	42.237		(42.237)			-
Lucro líquido do exercício					118.048	118.048
Constituição de reservas			118.048		(118.048)	-
<b>SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017</b>	<b>1.013.907</b>	<b>709</b>	<b>1.568.526</b>	<b>(72.396)</b>		<b>2.510.746</b>
Ajustes de avaliação patrim - TVM				52		52
Ajustes de avaliação patrim - Ganhos atuariais				(12.990)		(12.990)
Aumento de capital	160.506		(160.506)			-
Lucro líquido do semestre					178.520	178.520
Constituição de reservas			178.520		(178.520)	-
<b>SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018</b>	<b>1.174.413</b>	<b>709</b>	<b>1.586.540</b>	<b>(85.334)</b>		<b>2.676.328</b>
<b>SALDOS EM 30 DE JUNHO DE 2018</b>	<b>1.104.642</b>	<b>709</b>	<b>1.543.530</b>	<b>(72.210)</b>		<b>2.576.671</b>
Ajustes de avaliação patrim - TVM				100		100
Ajustes de avaliação patrim - Ganhos atuariais				(13.224)		(13.224)
Aumento de capital	69.771		(69.771)			-
Lucro líquido do exercício					112.781	112.781
Constituição de reservas			112.781		(112.781)	-
<b>SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018</b>	<b>1.174.413</b>	<b>709</b>	<b>1.586.540</b>	<b>(85.334)</b>		<b>2.676.328</b>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

	<b>2º Semestre 2018</b>	<b>Exercício 2018</b>	<b>Exercício 2017</b>
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>			
<b>Lucro líquido ajustado</b>	<b>224.242</b>	<b>463.091</b>	<b>470.066</b>
Lucro líquido do exercício	112.781	178.520	118.048
Depreciação e amortização	2.951	5.776	5.558
(Ganhos)/Perdas de capital	(3)	1	39
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	82.996	233.216	285.757
Provisão para garantias financeiras prestadas	(4.971)	(11.443)	9.313
Provisão para riscos fiscais, previdenciários, trabalhistas e cíveis	2.342	517	42.315
Provisão ISBRE/Benefícios pós-emprego, líquido de reversões	11.539	18.068	13.586
Imposto de renda e contribuição social diferidos	16.607	38.436	(4.550)
<b>Varição de Ativos e Obrigações</b>	<b>(263.523)</b>	<b>(614.749)</b>	<b>(352.354)</b>
(Aumento)/Redução em títulos e valores mobiliários	(608.002)	(619.734)	65.998
(Aumento)/Redução em operações de crédito	79.102	115.985	(783.812)
(Aumento)/Redução em outros créditos	69.482	19.176	(58.355)
(Aumento)/Redução em outros valores e bens	(18.114)	(20.222)	(29.734)
Aumento/(Redução) em obrigações por empréstimos e repasses	(184.907)	(406.106)	550.575
Aumento/(Redução) em instrumentos financeiros derivativos	-	-	6
Aumento/(Redução) em outras obrigações	539.138	540.115	167.337
Aumento/(Redução) em resultados de exercícios futuros	328	501	(103)
Aumento/(Redução) em ajustes de avaliação patrimonial	(13.124)	(12.939)	(30.992)
Pagamento de imposto de renda e contribuição social	(127.426)	(231.525)	(233.274)
<b>CAIXA GERADO/(UTILIZADO) NAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>	<b>(39.281)</b>	<b>(151.658)</b>	<b>117.712</b>
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>			
(aumento)/Redução em TVM mantidos até o vencimento	151.406	171.063	(18.998)
Alienação de imobilizado		-	(300)
Aquisição de investimentos		-	
Aquisição de imobilizado	(22.439)	(22.696)	(1.342)
Aplicação no intangível	(2.086)	(2.785)	(1.709)
<b>CAIXA GERADO/(UTILIZADO) NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>	<b>126.881</b>	<b>145.582</b>	<b>(22.349)</b>
<b>AUMENTO/(REDUÇÃO) LÍQUIDO DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA</b>	<b>87.600</b>	<b>(6.076)</b>	<b>95.363</b>
<b>Caixa e Equivalentes a Caixa no Início do Exercício</b>	<b>681.674</b>	<b>775.350</b>	<b>679.987</b>
Disponibilidades	38	5	24
Títulos e Valores Mobiliários Equivalentes a Caixa	681.636	775.345	679.963
<b>Caixa e Equivalentes a Caixa no Final do Exercício</b>	<b>769.274</b>	<b>769.274</b>	<b>775.350</b>
Disponibilidades	43	43	5
Títulos e Valores Mobiliários Equivalentes a Caixa	769.231	769.231	775.345

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

	<b>2º Semestre 2018</b>	<b>Exercício 2018</b>	<b>Exercício 2017</b>
<b>RECEITAS</b>	<b>730.102</b>	<b>1.338.108</b>	<b>1.206.145</b>
Intermediação financeira	754.250	1.466.195	1.418.891
Prestação de serviços	13.488	29.083	33.523
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(82.996)	(233.216)	(285.757)
Provisão para garantias financeiras prestadas	4.971	11.443	(9.313)
Outras	40.389	64.603	48.801
<b>DESPESAS DE INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA</b>	<b>346.399</b>	<b>692.277</b>	<b>605.965</b>
<b>INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS</b>	<b>45.173</b>	<b>76.980</b>	<b>114.600</b>
Materiais, energia e outros	41.530	69.332	104.522
Serviços de terceiros	3.643	7.648	10.078
<b>VALOR ADICIONADO BRUTO</b>	<b>338.530</b>	<b>568.851</b>	<b>485.580</b>
<b>DEPRECIÇÃO E AMORTIZAÇÃO</b>	<b>2.951</b>	<b>5.776</b>	<b>5.558</b>
<b>VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR</b>	<b>335.579</b>	<b>563.075</b>	<b>480.022</b>
<b>DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO</b>	<b>335.579</b>	<b>563.075</b>	<b>480.022</b>
<b>Pessoal</b>	<b>80.736</b>	<b>151.849</b>	<b>160.354</b>
Remuneração direta	57.601	111.641	121.111
Benefícios	19.159	32.787	31.232
FGTS	3.976	7.421	8.011
<b>Impostos, taxas e contribuições</b>	<b>141.380</b>	<b>231.126</b>	<b>200.121</b>
Federais	139.018	227.523	197.842
Estaduais	4	34	40
Municipais	2.358	3.569	2.239
<b>Remuneração de capitais de terceiros</b>	<b>682</b>	<b>1.580</b>	<b>1.499</b>
Alugueis	682	1.580	1.499
<b>Remuneração de capitais próprios</b>	<b>112.781</b>	<b>178.520</b>	<b>118.048</b>
Lucros retidos do semestre	112.781	178.520	118.048

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

## **1 CONTEXTO OPERACIONAL**

O Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul - BRDE é uma instituição financeira pública constituída sob a forma de convênio celebrado entre os Estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná e se constitui em instrumento dos governos desses Estados para o fomento às atividades produtivas da Região Sul, de acordo com o Decreto Federal nº. 51.617, de 5 de dezembro de 1962. Sua ação é efetuada através da canalização de recursos de médio e de longo prazo para atender às necessidades de financiamento dos investimentos produtivos que se realizam na região.

## **2 DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições financeiras, emanadas das normas e instruções do Conselho Monetário Nacional - CMN, Banco Central do Brasil - BACEN e da Lei das Sociedades por Ações. A aplicação dessas práticas requer que a instituição use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis, quando for o caso. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem: o valor residual do ativo permanente; provisão para créditos de liquidação duvidosa; ativos fiscais diferidos; provisão para demandas trabalhistas, fiscais, previdenciárias e cíveis; valorização de instrumentos financeiros; e outras provisões. Os valores definitivos das transações envolvendo essas estimativas somente são conhecidos por ocasião da sua liquidação.

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emite normas e interpretações contábeis alinhadas às normas internacionais de contabilidade e aprovadas pela Comissão de Valores Mobiliários. O BACEN recepcionou os seguintes pronunciamentos, observados integralmente pelo Banco, quando aplicáveis:

- CPC 00 (R1) - Pronunciamento Conceitual Básico;
- CPC 01 (R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos;
- CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa;
- CPC 04 (R1) – Ativo Intangível;
- CPC 05 (R1) - Divulgação de Partes Relacionadas;
- CPC 10 (R1) - Pagamento Baseado em Ações;
- CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro;
- CPC 24 - Eventos Subsequentes;
- CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes;
- CPC 33 (R1) - Benefícios a Empregados.

O BRDE aplica, ainda, o pronunciamento CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, que não é conflitante com as normas do BACEN, conforme determina a regulamentação vigente.

As demonstrações financeiras do conglomerado prudencial foram elaboradas pela administração da instituição para fins de atendimento das disposições previstas na Resolução no 4.280/13, do CMN, e regulamentações complementares do BACEN. Dessa forma, tais demonstrações financeiras não representam as demonstrações financeiras, individuais ou consolidadas de uma pessoa jurídica e suas controladas, bem como não podem ser tomadas por base para fins de cálculo de dividendos, avaliação de desempenho, impostos ou para quaisquer outros fins societários ou estatutários

As demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2018 foram aprovadas pelo Conselho de Administração em reunião realizada na data de 26 de março de 2019.

### **3 PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS**

#### **(a) Resultado das operações**

É apurado pelo regime contábil de competência, que estabelece que as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento.

#### **(b) Títulos e valores mobiliários**

De acordo com a Circular BACEN nº. 3.068, de 8 de novembro de 2001, e regulamentação complementar, os títulos e valores mobiliários são classificados de acordo com a intenção de negociação, a critério da Administração, em três categorias, a saber:

(i) títulos para negociação - avaliados ao valor de mercado em contrapartida ao resultado do exercício;

(ii) títulos disponíveis para a venda - atualizados com base nas condições intrínsecas em contrapartida ao resultado do exercício, e ajustados ao valor de mercado em contrapartida à conta específica do patrimônio líquido; e

(iii) títulos mantidos até o vencimento - atualizados com base nas condições intrínsecas, em contrapartida ao resultado do exercício.

#### **(c) Ativos circulante e realizável a longo prazo**

Demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando for aplicável, os rendimentos, as variações monetárias "pro rata die" incorridas e as variações cambiais, deduzidos das correspondentes provisões para perda ou ajuste ao valor de mercado e rendas a apropriar.

#### **(d) Carteira de crédito e outros créditos**

Os empréstimos e financiamentos concedidos decorrem principalmente de repasses provenientes do sistema BNDES-FINAME, conforme Nota 9, além de outros órgãos governamentais e recursos próprios do BRDE. Os encargos e as variações monetárias são apropriados em base "pro rata die" incorridos, deduzidos das correspondentes receitas a apropriar, conforme determinam as normas do BACEN, dentre elas a Resolução nº. 2.682/99. As rendas das operações de crédito vencidas há mais de 59 dias, independentemente do seu nível de risco, são reconhecidas como receita quando efetivamente recebidas.

Quando inadimplente, o mutuário tem uma piora gradativa no seu nível de risco, atingindo após seis meses o "rating H". Para as operações que possuam saldo vincendo superior a 36 meses, esse prazo é contado em dobro, conforme prevê a Resolução nº. 2.682/99. As operações de crédito, quando classificadas no "rating H", permanecem na carteira ativa até completarem seis meses, sendo então transferidas para compensação, conforme previsto também na Resolução nº. 2.682/99.

As operações renegociadas, que não tenham sido transferidas para compensação, são classificadas no mesmo nível que estavam antes de renegociação, enquanto que, as que já tinham sido transferidas para compensação, são classificadas em "H". Todavia, em ambos os casos, admite-se a classificação para níveis

melhores sempre que houver amortização significativa ou ocorrência de fato relevante que justifique a diminuição do risco.

#### **(e) Provisão para perdas com operações de crédito e outros créditos**

A provisão para perdas com operações de crédito e outros créditos, efetuada com base nos percentuais mínimos estabelecidos nas normas do BACEN, e complementada por provisões adicionais em relação ao mínimo exigido pela regulamentação, é fundamentada na análise de cada operação e leva em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos das carteiras.

Como resultado, em 31 de dezembro, o valor total da provisão para perdas em operações de crédito é superior ao mínimo exigido pela Resolução nº. 2.682/99 (Nota 5.4) e considerado suficiente para eventuais perdas. A movimentação da provisão para carteira de créditos é apresentada na Nota 5.6.

#### **(f) Ativo permanente**

- **Imobilizado de uso:** demonstrado ao custo corrigido monetariamente até 31 de dezembro de 1995. A depreciação do imobilizado de uso é calculada pelo método linear, com base nas seguintes taxas anuais que levam em consideração a vida útil dos bens:

	<u>Taxas</u>
Imóveis	4% a.a.
Instalações, Equipamentos e Sistemas de Comunicação e Segurança	10% a.a.
Sistemas de processamento de dados e Veículos	20% a.a.

Esses ativos são revistos anualmente para verificar se há alguma indicação de perda no seu valor recuperável e, quando aplicável, um ajuste é reconhecido.

- **Intangível:** corresponde aos direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da instituição ou exercidos com essa finalidade. Os ativos intangíveis possuem vida útil definida e referem-se basicamente aos softwares, amortizados pelo método linear à taxa de 20% ao ano a partir da data da sua disponibilidade para uso. A entidade avalia, ao fim de cada período de reporte, se houve alguma indicação de que um ativo intangível tenha sofrido desvalorização. Se houver alguma indicação, a entidade estima o valor recuperável do ativo.

#### **(g) Passivos circulante e exigível a longo prazo**

Demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando for aplicável, os encargos e as variações monetárias em base "pro rata die" incorridas, deduzidos das correspondentes despesas a apropriar.

#### **(h) Impostos e contribuições**

As provisões para Imposto de Renda, Programa de Integração Social - PIS e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS foram calculadas às alíquotas vigentes, 25%, 0,65% e 4%, respectivamente. A Lei nº. 13.169/2015, que aumentou a alíquota da Contribuição Social - CSLL de 15% para 20% sobre o lucro das instituições financeiras, gerados a partir de 1º de setembro de 2015, com validade até o final de 2018.

Os créditos e obrigações tributárias diferidas referentes ao imposto de renda e contribuição social, são constituídos, com base na alíquota de 20%, sobre diferenças temporárias entre o resultado contábil e o fiscal. De acordo com o disposto na Circular BACEN nº. 3.171/02, a expectativa de realização dos referidos

créditos e obrigações da instituição, demonstrado na Nota 14.1, está baseada em projeção de resultados futuros e fundamentada em estudo técnico revisado e atualizado em dezembro de 2018.

#### **(i) Provisão para riscos fiscais, previdenciários, trabalhistas e cíveis**

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das contingências ativas e passivas e obrigações legais são efetuadas de acordo com os critérios definidos na Resolução CMN nº. 3.823/09 e Carta Circular BACEN nº. 3.429/10.

Ativos contingentes: não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui total controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando como praticamente certa a realização do ativo.

Passivos contingentes: decorrem basicamente de processos judiciais e administrativos, inerentes ao curso normal dos negócios movidos por terceiros, ex-empregados e órgãos públicos, em ações cíveis, trabalhistas, de natureza fiscal e previdenciária e outros riscos. Essas contingências, coerentes com práticas conservadoras adotadas, são avaliadas por assessores legais e levam em consideração a probabilidade de que recursos financeiros sejam exigidos para liquidar as obrigações e que o montante das obrigações possa ser estimado com suficiente segurança. Os valores das contingências são quantificados utilizando-se modelos e critérios que permitam sua mensuração de forma adequada, baseados em suporte documental ou contábil, ou histórico de fatos assemelhados, apesar da incerteza inerente ao prazo ou valor. As contingências classificadas como prováveis são aquelas para as quais são constituídas provisões; as contingências possíveis requerem somente divulgação e as remotas não requerem provisões ou divulgação.

Obrigações legais - fiscais e previdenciárias: decorrem de discussão judicial sobre a constitucionalidade das leis que as instituíram e, independentemente de avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm seus montantes provisionados integralmente nas demonstrações financeiras.

#### **(j) Provisões atuariais**

O Banco é patrocinador da Fundação BRDE de Previdência Complementar - ISBRE, cuja principal finalidade é a de manter planos de aposentadorias e pensões (Nota 21). O regime atuarial de apuração do custo e contribuições dos planos é o de capitalização, avaliado anualmente por atuário independente.

Os ganhos ou perdas atuariais reconhecidos de um determinado período correspondem a aumentos ou reduções no valor presente da obrigação de benefício definido em razão de mudanças em premissas atuariais e os ajustes pela experiência.

Os benefícios pós-emprego são reconhecidos na demonstração do resultado da seguinte forma:

- Custo do serviço corrente: aumento do compromisso do plano (obrigações atuariais) resultante do serviço prestado pelo empregado no período, ou seja, em função da "aquisição" do direito pelo tempo da prestação do serviço por mais um período.

- Custo de juros sobre a obrigação atuarial: definido como o aumento, durante o período, no valor presente das obrigações como resultado do transcurso do tempo.

- Ajustes de Avaliação Patrimonial no Patrimônio Líquido: compreendem ganhos e perdas atuariais, retorno sobre os ativos do plano excluindo valores considerados nos juros líquidos do benefício definido e qualquer

mudança no efeito do teto de ativo excluindo os valores considerados nos juros líquidos de benefício definido.

#### **(k) Caixa e equivalentes de caixa**

Compreendem, na composição da demonstração de fluxos de caixa, os saldos de disponibilidades e aplicações em Fundos de Investimento que, em sua carteira, possuem prazo de resgate de até 90 dias a contar da data de aquisição do respectivo título (operações compromissadas) nos termos da Resolução CMN nº. 3.604/08. Essas aplicações financeiras estão demonstradas ao custo, acrescidos dos rendimentos auferidos até a data de encerramento do exercício, possuem liquidez imediata e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor (Nota 4.1).

#### **(l) Eventos subsequentes**

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações contábeis e a data de autorização para a sua emissão. São compostos por:

- Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações contábeis; e
- Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações contábeis.

## **4 TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS**

### **4.1 Composição de aplicações interfinanceira de liquidez**

O montante de R\$ 769.231 (2017 - R\$ 775.345), registrado em "Aplicações Interfinanceiras de Liquidez" refere-se à compra de títulos com compromisso de revenda lastreados em Letras Financeiras do Tesouro - LFT com vencimento em 02/01/2019 e tem, como finalidade, atender necessidades imediatas de caixa

### **4.2 Composição de títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros**

	<b>2018</b>	<b>2017</b>
Cotas de Fundos de Investimentos	810.650	397.890
Letras Financeiras do Tesouro	910.085	667.890
Notas do Tesouro Nacional - B	394.705	376.568
Letras do Tesouro Nacional	59.836	95.245
Letras Financeiras Instituições Privadas	499.145	688.345
Ações de Companhias Abertas	880	794
<b>Total</b>	<b>2.675.301</b>	<b>2.226.732</b>
Ativo Circulante	2.043.026	1.605.189
Realizável a Longo Prazo	632.275	621.543

A composição dos títulos e valores mobiliários, classificados de acordo com a intenção de negociação a critérios da administração, é a seguinte:



<b>Em 31/12/2018</b>	<b>Para Negociação</b>	<b>Disponíveis para Venda</b>	<b>Mantidos até o Vencimento</b>	<b>Total</b>
Cotas de Fundos de Investimentos	-	810.650	-	<b>810.650</b>
Letras Financeiras do Tesouro	910.085	-	-	<b>910.085</b>
Notas do Tesouro Nacional - B	-	-	394.705	<b>394.705</b>
Letras do Tesouro Nacional	59.836	-	-	<b>59.836</b>
Letras Financeiras Instituições Privadas	-	-	499.145	<b>499.145</b>
Ações de Companhias Abertas	-	880	-	<b>880</b>
<b>Total</b>	<b>969.921</b>	<b>811.530</b>	<b>893.850</b>	<b>2.675.301</b>
Ativo Circulante	969.921	810.650	262.455	2.043.026
Realizável a Longo Prazo	-	880	631.395	632.275
<b>Em 31/12/2017</b>	<b>Para Negociação</b>	<b>Disponíveis para Venda</b>	<b>Mantidos até o Vencimento</b>	<b>Total</b>
Cotas de Fundos de Investimentos	-	397.890	-	<b>397.890</b>
Letras Financeiras do Tesouro	667.890	-	-	<b>667.890</b>
Notas do Tesouro Nacional - B	-	-	376.568	<b>376.568</b>
Letras do Tesouro Nacional	95.245	-	-	<b>95.245</b>
Letras Financeiras Instituições Privadas	-	-	688.345	<b>688.345</b>
Ações de Companhias Abertas	-	794	-	<b>794</b>
<b>Total</b>	<b>763.135</b>	<b>398.684</b>	<b>1.064.913</b>	<b>2.226.732</b>
Ativo Circulante	763.135	397.890	444.164	1.605.189
Realizável a Longo Prazo	-	794	620.749	621.543

(i) Os títulos públicos federais classificados com para negociação são mensurados pelo custo de aquisição e ajustados diariamente ao valor de mercado com base nas cotações divulgadas pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais – ANBIMA. Os contratos futuros - “Derivativos” são precificados pela B3 – Brasil, Bolsa, Balcão diariamente.

(ii) Os títulos classificados como disponíveis para venda são mensurados pelo custo de aquisição, atualizados com base nas condições intrínsecas do papel e ajustados diariamente ao valor de mercado, sendo as cotas de fundo de investimento disponibilizadas pelo gestor do fundo e as ações pela cotação BM&FBOVESPA S.A.;

(iii) Os títulos classificados como mantidos até o vencimento são registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em base “*pro-rata die*”, de acordo com as correspondentes taxas de juros efetivas.

Encontram-se registrados em contas de compensação R\$ 25.487 (2017 - R\$ 62.592) em contratos de operações realizadas no mercado futuro de derivativos da B3 – Brasil, Bolsa, Balcão. Em 31 de dezembro o Banco possui ativos restritos no montante de R\$ 6.422 (2017 - R\$ 6.034) dados como garantia dessas operações.

O valor de custo das cotas de Fundo de Investimento está ajustado pelo seu valor patrimonial na data do balanço, que corresponde ao seu valor de mercado.

O custo de aquisição e o valor de mercado em 31 de dezembro dos títulos de renda variável são os seguintes:

<b>Ações de Companhias Abertas</b>	<b>31/12/2018</b>	<b>31/12/2017</b>
Valor de custo	6.068	6.068
Valor de mercado	880	714

Os efeitos decorrentes da avaliação da carteira de ações a valor de mercado foram levados à conta específica do patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos tributários. A desvalorização de R\$ (5.188) (2017 - R\$ (5.274)) entre o valor de custo e o valor de mercado foi registrada no patrimônio líquido no montante de R\$ (3.113) (2017 - R\$ (3.212)), após o registro de R\$ (2.075) (2017 - R\$ (2.110)) em "Obrigações Tributárias Diferidas", conforme demonstrado na Nota 14.1).

Os títulos públicos federais representativos das operações compromissadas e os disponíveis são custodiados no Sistema Especial de Liquidação e Custódia – SELIC. Os títulos públicos federais vinculados como garantia de operações realizadas no mercado de instrumentos financeiros derivativos, os títulos privados e os contratos de futuros são custodiados na B3 – Brasil, Bolsa, Balcão.

## 5 CARTEIRA DE CRÉDITOS

A carteira de crédito é composta por: operações de crédito (empréstimos e financiamentos), avais e fianças honrados e devedores por compra de valores e bens.

### 5.1 Composição da carteira de créditos por tipo de operação

	<b>2018</b>	<b>2017</b>
Empréstimos e títulos descontados	325.732	452.177
Financiamentos	4.642.645	4.991.528
Setor Público	286.603	298.129
Setor Pivado	4.356.042	4.693.399
Financiamentos a exportação	-	21.893
Financiamentos agroindustriais	243.882	48.268
Financiamentos rurais	8.288.198	8.428.634
Investimento Agricultura	5.575.055	5.655.384
Investimento Pecuária	2.713.143	2.773.250
<b>Total de operações de crédito</b>	<b>13.500.457</b>	<b>13.942.500</b>
Outros créditos	78.154	34.180
Avais e fianças honrados	55.166	7.233
Devedores por compra de valores e bens (nota 6.2)	22.988	26.947
<b>Total da carteira de crédito</b>	<b>13.578.611</b>	<b>13.976.680</b>
Provisão para carteira de crédito	(432.361)	(525.870)
Operações de crédito	(377.189)	(518.585)
Outros créditos	(55.172)	(7.285)
<b>Total da carteira líquida de créditos</b>	<b>13.146.250</b>	<b>13.450.810</b>
Circulante	2.272.758	2.250.072
Não circulante	10.873.492	11.200.738

## 5.2 Concentração da carteira de crédito

Risco	2018		2017	
	Valor	%	Valor	%
Maior cliente	268.480	1,98%	289.875	2,07%
10 seguintes maiores clientes	1.816.402	13,38%	2.025.035	14,49%
20 seguintes maiores clientes	1.618.449	11,92%	1.618.334	11,58%
50 seguintes maiores clientes	1.713.238	12,62%	1.701.619	12,17%
100 seguintes maiores clientes	1.748.514	12,88%	1.727.482	12,36%
Demais clientes	6.413.528	47,23%	6.614.335	47,32%
<b>Total da Carteira</b>	<b>13.578.611</b>	<b>100,00%</b>	<b>13.976.680</b>	<b>100,00%</b>

## 5.3 Distribuição da carteira de operações de crédito por setor de atividade

	2018	2017
Setor Público	286.603	298.129
Administração pública	148.452	146.043
Indústria	138.151	152.086
Setor Privado	13.213.854	13.644.371
Agropecuária	4.488.546	4.665.831
Indústria	3.197.531	3.488.817
Infraestrutura	2.732.763	2.711.122
Comércio	2.010.851	1.994.385
Serviços	784.163	784.216
<b>Total operações de crédito</b>	<b>13.500.457</b>	<b>13.942.500</b>

## 5.4 Composição da carteira de créditos e correspondente provisão para perdas

Nível de Risco	2018				2017			
	Carteira	Provisão			Carteira	Provisão		
		Res. BACEN	Adicional	Total		Res. BACEN	Adicional	Total
AA	6.387.817	-	-	-	6.412.439	-	-	-
A	5.273.201	26.366	-	26.366	5.900.744	29.504	-	29.504
B	898.081	8.981	-	8.981	581.399	5.814	-	5.814
C	416.765	12.503	-	12.503	310.138	9.304	-	9.304
D	193.514	19.351	9.675	29.026	170.125	17.013	8.506	25.519
E	74.600	22.380	7.460	29.840	100.625	30.187	10.063	40.250
F	18.098	9.049	2.715	11.764	232.321	116.160	34.848	151.008
G	53.087	37.161	13.272	50.433	88.361	61.853	22.090	83.943
H	263.448	263.448	-	263.448	180.528	180.528	-	180.528
<b>Totais</b>	<b>13.578.611</b>	<b>399.239</b>	<b>33.122</b>	<b>432.361</b>	<b>13.976.680</b>	<b>450.363</b>	<b>75.507</b>	<b>525.870</b>

A provisão adicional corresponde ao valor excedente ao mínimo requerido pela Resolução BACEN nº 2682/99 e foi constituída dentro de critérios prudenciais estabelecidos pela Administração, em conformidade com a boa prática bancária, no sentido de permitir a absorção de perdas oriundas de circunstanciais aumentos de inadimplência por eventual reversão/mudança do ciclo econômico de setores em que o BRDE opera.

## 5.5 Composição da carteira de créditos por faixa de vencimento das operações

<b>Operações em curso normal - sem atraso</b>											
	<b>AA</b>	<b>A</b>	<b>B</b>	<b>C</b>	<b>D</b>	<b>E</b>	<b>F</b>	<b>G</b>	<b>H</b>	<b>2018</b>	<b>2017</b>
<b>Parcelas Vincendas</b>	<b>6.377.475</b>	<b>5.219.385</b>	<b>832.582</b>	<b>334.068</b>	<b>141.596</b>	<b>49.073</b>	<b>8.284</b>	<b>40.772</b>	<b>120.456</b>	<b>13.123.691</b>	<b>13.239.708</b>
01 a 30 dias	169.728	139.308	14.164	23.844	1.709	769	608	107	5.635	355.872	304.308
31 a 60 dias	66.018	63.171	7.115	7.898	1.337	263	24	39	4.192	150.057	174.069
61 a 90 dias	61.293	54.580	8.472	6.049	1.568	304	28	344	4.228	136.866	137.836
91 a 180 dias	270.038	240.347	28.662	17.009	4.771	927	227	149	12.459	574.589	547.657
181 a 360 dias	547.529	378.976	47.226	26.836	38.908	1.656	578	251	15.603	1.057.563	1.035.118
acima de 360 dias	5.262.869	4.343.003	726.943	252.432	93.303	45.154	6.819	39.882	78.339	10.848.744	11.040.720
<b>Operações em curso anormal - com atraso superior a 14 dias</b>											
<b>Parcelas Vincendas</b>	<b>9.404</b>	<b>52.152</b>	<b>62.042</b>	<b>76.829</b>	<b>46.217</b>	<b>22.526</b>	<b>8.493</b>	<b>10.438</b>	<b>67.033</b>	<b>355.134</b>	<b>631.503</b>
01 a 30 dias	73	444	655	1.012	509	362	167	154	1.073	4.449	7.698
31 a 60 dias	63	339	805	985	573	330	84	210	861	4.250	7.121
61 a 90 dias	63	355	573	920	476	332	271	113	784	3.887	7.095
91 a 180 dias	565	1.864	2.438	3.079	1.526	1.856	584	612	4.044	16.568	22.732
181 a 360 dias	1.076	3.451	5.984	7.319	5.689	2.387	628	1.433	7.340	35.307	48.936
acima de 360 dias	7.564	45.699	51.587	63.514	37.444	17.259	6.759	7.916	52.931	290.673	537.921
<b>Parcelas Vencidas</b>	<b>938</b>	<b>1.664</b>	<b>3.457</b>	<b>5.868</b>	<b>5.701</b>	<b>3.001</b>	<b>1.321</b>	<b>1.877</b>	<b>75.959</b>	<b>99.786</b>	<b>105.469</b>
<b>Subtotal - curso anormal</b>	<b>10.342</b>	<b>53.816</b>	<b>65.499</b>	<b>82.697</b>	<b>51.918</b>	<b>25.527</b>	<b>9.814</b>	<b>12.315</b>	<b>142.992</b>	<b>454.920</b>	<b>736.972</b>
<b>Total da Carteira - 2018</b>	<b>6.387.817</b>	<b>5.273.201</b>	<b>898.081</b>	<b>416.765</b>	<b>193.514</b>	<b>74.600</b>	<b>18.098</b>	<b>53.087</b>	<b>263.448</b>	<b>13.578.611</b>	
<b>Total da Carteira - 2017</b>	<b>6.412.439</b>	<b>5.900.744</b>	<b>581.399</b>	<b>310.138</b>	<b>170.125</b>	<b>100.625</b>	<b>232.321</b>	<b>88.361</b>	<b>180.528</b>		<b>13.976.680</b>

## 5.6 Movimentação da provisão da carteira de crédito

	2018	2017
<b>Saldo inicial</b>	<b>525.870</b>	<b>540.564</b>
Constituição	380.338	294.599
Reversão	(147.122)	(8.842)
Transferências para compensação	(326.725)	(300.451)
<b>Saldo final</b>	<b>432.361</b>	<b>525.870</b>

## 5.7 Garantias financeiras prestadas

O BRDE possui, no final do exercício, carteira de garantias financeiras prestadas na modalidade de carta de fiança no montante de R\$ 245.929. Desse total, R\$ 241.217 estão assegurados por garantias reais (hipotecas, alienação fiduciária de equipamentos e penhor de ações, entre outros), e os R\$ 4.712 restantes não possuem garantias reais vinculadas diretamente ao contrato de fiança, mas contam com cláusula de sub-rogação nas garantias constituídas no contrato afiançado.

Nos termos previstos na Resolução BACEN nº. 2.682/99, aliado aos conceitos introduzidos pela Resolução BACEN nº. 4.512/16, é feito o cálculo da estimativa (provisão) de perda. Tal provisionamento encontra-se registrado em "Outras Obrigações - Diversas".

Nível de Risco	2018				2017			
	Carteira	Res. BACEN	Provisão Adicional	Total	Carteira	Res. BACEN	Provisão Adicional	Total
AA <sup>(1)</sup>	31.772	-	-	-	32.763	-	-	-
A <sup>(1)</sup>	142.634	713	-	713	102.587	513	-	513
B <sup>(1)</sup>	19.050	190	-	190	95.260	953	-	953
C <sup>(1)</sup>	3.688	111	-	111	7.361	221	-	221
D <sup>(1)</sup>	19.350	1.935	968	2.903	38.920	3.892	1.946	5.838
D <sup>(2)</sup>	4.712	471	236	707	5.342	534	267	801
E	-	-	-	-	347	104	35	139
F <sup>(1)</sup>	-	-	-	-	49.733	24.866	7.460	32.326
G	-	-	-	-	-	-	-	-
H <sup>(1)</sup>	24.723	24.723	-	24.723	-	-	-	-
<b>Totais</b>	<b>245.929</b>	<b>28.143</b>	<b>1.204</b>	<b>29.347</b>	<b>332.313</b>	<b>31.083</b>	<b>9.708</b>	<b>40.791</b>

(1) com garantia real

(2) com garantia por sub-rogação

## 6 OUTROS CRÉDITOS

### 6.1 Créditos Específicos

O valor de R\$ 96.290, que o BRDE tinha a receber em 2017 era relativo a créditos perante a Secretaria do Tesouro Nacional – STN, em decorrência da equalização de taxas de juros de operações de crédito rural, repassadas com recursos de instituições oficiais. Esse valor foi pago pela STN em agosto do corrente exercício, sendo que a diferença entre o valor registrado no ativo e o recebido foi contabilizado com Outras Receitas Operacionais (nota 19).

### 6.2 Diversos

	<b>2018</b>	<b>2017</b>
Imposto de renda e contribuição social diferidos (a)	398.335	433.999
Devedores por depósitos em garantia (b)	111.482	107.027
Devedores por compra de valores e bens (Nota 5.1)	22.988	26.947
Pagamentos a ressarcir	4.019	4.200
Adiantamentos e antecipações salariais	5.064	5.743
Pendências a regularizar	3.917	3.675
Outras	19.189	533
<b>Total</b>	<b>564.994</b>	<b>582.124</b>
Ativo circulante	242.247	197.968
Ativo realizável a longo prazo	322.747	384.156

(a) A constituição dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social estão demonstrados na nota 14.1.

(b) Corresponde aos depósitos judiciais realizados vinculados às ações trabalhistas e, principalmente, às cíveis e fiscais descritas na nota 12.b e 12.d.

## 7 OUTROS VALORES E BENS

	<b>2018</b>	<b>2017</b>
<b>Investimentos Temporários</b>	<b>1.830</b>	<b>739</b>
Participações societárias	3.114	1.671
Provisão para perdas em participações societárias	(1.284)	(932)
<b>Outros Valores e Bens</b>	<b>62.329</b>	<b>43.197</b>
Bens não de uso próprio	69.873	49.761
Provisão para desvalorização de bens não de uso próprio	(7.544)	(6.564)
<b>Total</b>	<b>64.159</b>	<b>43.936</b>
Ativo circulante	62.329	43.197
Ativo realizável a longo prazo	1.830	739

## 8 ATIVO PERMANENTE

### 8.1 Imobilizado de uso

	2018			2017
	Custo Corrigido	Depreciação Acumulada	Líquido	Líquido
Imobilizações em curso	131	-	131	131
Terrenos	25.070	-	25.070	2.936
Edificações	18.778	(8.599)	10.179	10.837
Instalações	2.282	(1.807)	475	667
Móveis e equipamentos de uso	6.710	(5.200)	1.510	1.629
Sistema de processamento de dados	9.560	(7.913)	1.647	2.298
Sistema de comunicação	1.009	(678)	331	305
Sistema de segurança	336	(244)	92	106
Sistema de transporte	1.882	(1.127)	755	978
<b>Total - 2018</b>	<b>65.758</b>	<b>(25.568)</b>	<b>40.190</b>	
<b>Total - 2017</b>	<b>43.359</b>	<b>(23.472)</b>		<b>19.887</b>

### 8.2 Intangível

	2018			2017
	Custo Corrigido	Amortização Acumulada	Líquido	Líquido
Ativos Intangíveis - 2018	21.802	(14.958)	6.844	
Ativos Intangíveis - 2017	19.017	(11.568)		7.449

## 9 OBRIGAÇÕES POR REPASSES NO PAÍS – INSTITUIÇÕES OFICIAIS

Correspondem a recursos originários de programas oficiais, os quais são repassados a mutuários finais. Essas obrigações têm vencimentos mensais até o ano 2039, estando sujeitas, na sua maior parte, a encargos financeiros prefixados, sendo repassados aos clientes nos mesmos prazos e taxas, acrescidos de "del credere".

	2018						2017	
	BB	BNDES	FINAME	CEF	FINEP	Outros	Total	
Sem Vencimento	-	45.548	7.905	-	-	622	54.075	60.534
Até 3 meses	4.775	616.888	92.319	1.798	8.563	2.603	726.946	715.752
De 3 a 12 meses	24.055	1.153.765	375.166	4.512	28.342	99	1.585.939	1.595.007
De 1 a 3 anos	55.889	3.098.675	677.996	13.205	83.577	421	3.929.763	4.131.892
De 3 a 5 anos	55.612	2.559.959	614.539	13.005	80.854	642	3.324.611	3.264.029
De 5 a 15 anos	64.924	3.278.331	166.583	41.411	37.064	4.848	3.593.161	3.879.868
Acima de 15 anos	-	48.353	-	4.249	-	1.096	53.698	67.604
<b>Total</b>	<b>205.255</b>	<b>10.801.519</b>	<b>1.934.508</b>	<b>78.180</b>	<b>238.400</b>	<b>10.331</b>	<b>13.268.193</b>	<b>13.714.686</b>
Passivo Circulante	28.830	1.816.201	475.390	6.310	36.905	3.324	2.366.960	2.371.293
Exigível a Longo Prazo	176.425	8.985.318	1.459.118	71.870	201.495	7.007	10.901.233	11.343.393

## 10 OUTRAS OBRIGAÇÕES – FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS

	<b>2018</b>	<b>2017</b>
Provisão para impostos e contribuições diferidos (Nota 14.1)	82.695	64.072
Impostos e Contribuições sobre Lucros a Recolher	76.031	89.091
Impostos e contribuições a recolher	9.142	8.706
<b>Total</b>	<b>167.868</b>	<b>161.869</b>
Passivo circulante	99.701	127.224
Passivo exigível a longo prazo	68.167	34.645

## 11 OUTRAS OBRIGAÇÕES – DIVERSAS

	<b>2018</b>	<b>2017</b>
Provisão para riscos fiscais, previdenciários, trabalhistas e cíveis (Nota 10)	109.755	111.060
Provisão para férias, 13º salário, licença-prêmio e encargos sociais	21.334	24.586
Provisão pra garantias financeiras prestadas (Nota 5.7)	29.347	40.791
Valores de mutuários a regularizar (a)	6.193	11.805
Pagamentos a processar	3.482	1.547
Programa de Estímulo ao Desligamento Voluntário - PEDV (b)	-	13.091
Salários e benefícios a pagar	11.176	8.368
Pendências a regularizar	1.647	3.174
Provisão para assistência médica e PB II - inativos (Nota 21)	167.771	141.540
Obrigações por aquisição de bens e direitos (Nota 22)	10.628	10.836
Outras	12.741	9.126
<b>Total</b>	<b>374.074</b>	<b>375.924</b>
Passivo circulante	51.641	63.086
Passivo exigível a longo prazo	322.433	312.838

(a) Referem-se, principalmente, a valores recebidos em adiantamento de renegociações de crédito, pendentes de formalização, e de substituição de garantias contratadas.

(b) Implantado pelo BRDE no transcorrer do 1º semestre de 2017, com o objetivo de realizar ajustes no seu quadro funcional, modificar o perfil de suas Despesas Administrativas, racionalização da gestão, renovação da estrutura de cargos, dentre outros, o Programa de Estímulo ao Desligamento Voluntário – PEDV foi encerrado em maio de 2018.

O valor registrado no exercício anterior trata-se da parcela indenizatória calculada no momento da implantação do programa, de acordo com os Pronunciamentos Contábeis CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes e CPC 33 – Benefícios a Empregados.



## 12 Provisão para riscos fiscais, previdenciários, trabalhistas e cíveis

O montante dos riscos para os quais o BRDE constitui provisão está assim composto:

	2017	Constituição	Atualização	Baixa por:		2018
				Reversão	Pagamento	
Fiscais (a)	2.836	-	55	(2.891)	-	-
Previdenciárias (b)	14.167	-	194	-	-	14.361
Trabalhistas (c)	34.400	5.964	5.105	(10.722)	(1.822)	32.925
Cíveis (d)	59.657	-	2.812	-	-	62.469
<b>Total</b>	<b>111.060</b>	<b>5.964</b>	<b>8.166</b>	<b>(13.613)</b>	<b>(1.822)</b>	<b>109.755</b>

(a) As provisões fiscais são referentes ao seguinte fato:

- i. INCENTIVO FISCAL – PAT – R\$ 2.891: refere-se à ação judicial fiscal atinente ao IRPJ, visando ao direito de deduzir incentivo fiscal do Programa de Alimentação do Trabalhador - PAT, sem limitação de valor por refeição previsto pela RFB, mas com base no valor efetivamente despendido, bem como restituir valores recolhidos a maior de 2008 a 2012. A provisão foi revertida neste exercício pois a ação judicial foi exitosa.
- ii. Durante o exercício de 2017, o BRDE foi autuado pela RFB por excluir da base de cálculo do IRPJ e CSLL as variações monetárias ativas decorrentes de depósitos judiciais de natureza cível. De acordo com nossos consultores jurídicos, a probabilidade de perda desse processo, que se encontra em fase administrativa, é possível e monta, em 31 de dezembro de 2018, o valor de R\$ 24.066.

(b) As provisões previdenciárias são referentes aos seguintes fatos:

- i. INSS - R\$ 14.361: contribuições previdenciárias sobre verbas pagas por ocasião do Acordo Trabalhista de 1992, entendidas pela Justiça Trabalhista como de caráter indenizatório, já depositados em juízo; e

(c) O Banco possuía, em 31 de dezembro, provisão para ações trabalhistas no valor de R\$ 32.925 (2017 – R\$ 34.400). Adicionalmente, existem ações trabalhistas consideradas como de perda possível pelos assessores jurídicos do Banco no montante de R\$ 110.215 (2017 - R\$ 60.542), que correspondem em grande parte a causas coletivas de equiparação entre os Planos de Cargos e Salários do BRDE. Tais ações não se encontram provisionadas conforme Nota 3 (i).

(d) As provisões cíveis são referentes aos seguintes fatos:

- i. R\$ 58.788 referem-se a honorários de sucumbência. Sobre este valor, o BRDE efetuou depósito judicial de mesmo montante; e
- ii. R\$ 3.681 referem-se a processo movido por mutuário pleiteando indenização. Também esse processo está suportado por depósito judicial de mesmo montante.

### 13 PATRIMÔNIO LÍQUIDO

O capital social, subscrito e integralizado, está dividido em parcelas iguais entre os Estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná. Estas parcelas são integralizadas mediante incorporação de eventuais contribuições financeiras e dos resultados gerados em cada Estado participante, que são apurados e controlados separadamente.

O BRDE, em atendimento à Resolução nº. 3.605/08 do Conselho Monetário Nacional destinou, no exercício findo em 31 de dezembro, os lucros acumulados do exercício corrente para a formação de uma Reserva de Capital - Fundo Regimental.

O fundo tem por finalidade receber os lucros que futuramente irão incorporar ao capital social. A incorporação deste fundo ao capital depende da capacidade dos Estados participarem proporcionalmente com os recursos retidos no Fundo, de modo a manter-se igualitária a participação de cada Estado no capital social.

Nos anos de 2017 e 2018, o BRDE procedeu as seguintes capitalizações:

<b>Aumento do Capital Social</b>	<b>Valor</b>
<b>Capital Social - 31/12/2016</b>	<b>971.670</b>
Capitalização 1º semestre 2017	22.083
Capitalização 2º semestre 2017	20.154
<b>Capital Social - 31/12/2017</b>	<b>1.013.907</b>
Capitalização 1º semestre 2018	90.735
Capitalização 2º semestre 2018	69.771
<b>Capital Social - 31/12/2018</b>	<b>1.174.413</b>

## 14 IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Conciliação do resultado de IRPJ e CSLL do período:

	<b>2018</b>	<b>2017</b>
<b>Resultado do exercício, antes da tributação.</b>	<b>349.956</b>	<b>255.410</b>
Provisão para IRPJ (25%) e CSLL (20%)	(157.480)	(114.935)
Adições e exclusões		
Provisão para passivos contingentes	6.478	(8.171)
Provisão para garantias financeiras prestadas	5.150	(4.191)
Provisão para operações de crédito	63.628	5.134
Créditos baixados como prejuízo	(32.140)	(46.544)
Provisão para outros créditos	(21.549)	1.478
Provisão para assistência médica	(5.029)	(2.882)
Atualização de depósitos judiciais	1.625	2.525
Renegociações tributadas por caixa (Lei 9.430, art.12) e RECOOP	17.105	(3.150)
Recuperações judiciais - deferimento	5.899	26.482
Outros, líquidos	(2.164)	(2.383)
Incentivos fiscais	4.100	4.725
IRPJ e CSLL correntes	(114.377)	(141.912)
IRPJ e CSLL diferidos ativos	(38.436)	29.261
IRPJ e CSLL diferidos passivos	(18.623)	(24.711)
<b>IRPJ e CSLL registrados no resultado</b>	<b>(171.436)</b>	<b>(137.362)</b>
<b>Lucro Líquido do Exercício</b>	<b>178.520</b>	<b>118.048</b>

### 14.1 Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos

O BRDE constitui crédito tributário sobre as adições temporárias que serão futuramente dedutíveis nas bases de cálculo do imposto de renda e contribuição social. Também é constituída obrigação tributária diferida sobre exclusões temporárias, contabilizada em "Outras Obrigações - Fiscais e Previdenciárias". A movimentação, em 2018, destes créditos e obrigações é apresentada a seguir:

Os créditos tributários sobre adições temporárias são realizados quando do pagamento, utilização ou reversão das provisões relacionadas e quando do ajuste ou alienação dos títulos e valores mobiliários.

<b>Créditos tributários diferidos</b>	<b>2017</b>	<b>Constituição</b>	<b>Reversão</b>	<b>2018</b>
Provisão para contingências	50.476	4.827	(11.401)	43.902
Provisão para garantias prestadas	16.366	13.109	(18.005)	11.470
Provisão para perdas com operações de crédito	198.519	84.219	(150.832)	131.906
Créditos baixados para prejuízo - temporariamente indedutíveis	133.204	153.538	(135.058)	151.684
Provisão para assistência médica e PB II - inativos	26.713	8.330	(3.426)	31.617
Licença prêmio em aquisição	532	89	(239)	382
Participação nos lucros e resultados	-	5.174	(5.174)	-
Ajuste ao valor de mercado de TVM	2.110	384	(419)	2.075
Insuficiência de depreciação	306	-	-	306
Provisão para perdas com outros créditos	3.258	23.663	(4.852)	22.069
Provisão para desvalorização de outros valores e bens	2.515	638	(229)	2.924
<b>Total</b>	<b>433.999</b>	<b>293.971</b>	<b>(329.635)</b>	<b>398.335</b>

As obrigações tributárias são realizadas conforme o efetivo recebimento das parcelas renegociadas com mutuários optantes pelo REFIS e pelo RECOOP, nos moldes da Lei nº. 9.964/00, ou quando do recebimento dos créditos recuperados que se enquadrem nas hipóteses previstas no artigo 12 da Lei nº. 9.430/96. São realizadas também quando da efetivação da receita de atualização de depósito judicial pela solução da lide em questão e, ainda, quando do ajuste ou alienação dos títulos e valores mobiliários

<b>Obrigações tributárias diferidas</b>	<b>2017</b>	<b>Constituição</b>	<b>Reversão</b>	<b>2018</b>
Renegociações REFIS/RECOOP	1.876		(229)	1.647
Renegociações rural/PF - Lei nº 9.430/96	701		(701)	-
Atualização de depósitos judiciais	21.405	1.445		22.850
Renegociações tributadas por caixa - Lei nº 9.430/96	13.907	22.026	(6.519)	29.414
Recuperação judicial - deferimento	26.183	27.781	(25.180)	28.784
<b>Total</b>	<b>64.072</b>	<b>51.252</b>	<b>(32.629)</b>	<b>82.695</b>

A movimentação líquida dos valores de imposto de renda e contribuição social diferidos, ocorrida no exercício, foi de R\$ (23.465) e R\$ (30.822), respectivamente (2017 - R\$ 20.629 e R\$ 7.724). O reflexo dessa movimentação foi contabilizado no resultado do exercício e, nos casos de ajuste ao valor de mercado dos títulos e valores mobiliários ou de ganhos e perdas sobre provisões atuariais, na respectiva conta do patrimônio líquido.

Os créditos e as obrigações foram classificados conforme previsão de realização, sendo que aqueles créditos tributários cuja expectativa de realização está prevista para um período superior a 10 anos, não reconhecidos no balanço de 31 de dezembro, montam R\$ 55.299 (2017 - R\$ 47.181).

A seguir apresenta-se a expectativa de realização dos créditos e obrigações totais:

	<b>Créditos Tributários</b>	<b>Obrigações Tributárias</b>
2019	207.131	14.529
2020	66.487	39.213
2021	46.114	19.640
2022	19.490	1.705
2023	12.490	2.838
2024 a 2028	46.623	3.826
2029 em diante	55.299	944
<b>Total</b>	<b>453.634</b>	<b>82.695</b>

O valor presente dos créditos tributários contabilizados, calculados considerando-se a taxa de captação praticada pelo BRDE, totaliza R\$ 227.813 (2017 - R\$ 399.671) e o valor presente das obrigações tributárias contabilizadas é de R\$ 46.173 (2017 - R\$ 59.471).

## 15 RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO

	<b>2º Sem/ 2018</b>	<b>2018</b>	<b>2017</b>
Rendas de Empréstimos	22.284	47.956	63.582
Rendas de Financiamentos	229.490	466.269	441.827
Rendas de Financiamentos a Exportação	720	3.356	4.340
Rendas de Financiamentos Rurais	289.194	551.838	466.408
Rendas de Financiamentos Agroindustriais	14.844	20.943	7.952
Recuperação de Créditos Baixados como Prejuízo	96.778	176.061	153.627
Rendas de Créditos por Avais e Fianças Honrados	146	1.926	1.805
<b>Total</b>	<b>653.456</b>	<b>1.268.349</b>	<b>1.139.541</b>

## 16 RECEITAS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

	<b>2º Sem/ 2018</b>	<b>2018</b>	<b>2017</b>
Tarifa de Análise	3.266	8.474	8.250
Tarifa de Cadastro	1.638	2.437	2.453
Tarifa de Fiscalização e Acompanhamento	3.707	7.654	8.820
Tarifa p/ Elaboração de Parecer, Laudo ou Estudo Técnico	185	337	1.248
Tarifa de Estruturação de Garantias	177	420	411
Rendas de Garantias Prestadas	3.934	8.700	11.419
Outras tarifas	581	1.061	922
<b>Total</b>	<b>13.488</b>	<b>29.083</b>	<b>33.523</b>

## 17 DESPESAS COM PESSOAL

	<b>2º sem/ 2018</b>	<b>2018</b>	<b>2017</b>
Remuneração	54.374	105.381	114.236
Encargos Sociais	23.224	44.102	48.361
Benefícios	12.680	20.004	17.373
Honorários	2.050	4.123	5.054
Outros	1.356	2.434	2.055
<b>Total</b>	<b>93.684</b>	<b>176.044</b>	<b>187.079</b>

## 18 OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	<b>2º Sem/ 2018</b>	<b>2018</b>	<b>2017</b>
Aluguéis	683	1.581	1.499
Comunicações	705	1.456	1.448
Manutenção e Conservação de Bens	1.634	3.446	3.251
Processamento de Dados	1.915	3.573	6.750
Promoções e Relações Públicas	2.411	3.290	3.318
Publicidade e Propaganda	1.728	2.519	2.571
Serviços do Sistema Financeiro	879	2.087	1.922
Serviços de Terceiros	1.150	2.358	2.406
Serviços Técnicos Especializados	1.388	3.175	2.378
Transportes	772	1.775	1.929
Viagem	1.861	3.571	3.592
Depreciação e Amortização	2.951	5.776	5.558
Despesas Estatutárias	1.626	4.054	4.343
Incentivos Fiscais	2.896	2.896	2.514
Taxa de administração do fundo	1.157	2.287	2.269
Outras	3.411	5.032	7.441
<b>Total</b>	<b>27.167</b>	<b>48.876</b>	<b>53.189</b>

## 19 OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS

	<b>2º Sem/ 2018</b>	<b>2018</b>	<b>2017</b>
Reversão da provisão sobre garantias prestadas	5.184	36.737	35.247
Reversão da provisão de processos trabalhistas	8.761	10.722	3.324
Atualização de depósitos judiciais	1.852	3.612	5.611
Remuneração Administração FSA	15.955	19.782	5.433
Correção monetária valores ativos	1.228	6.472	987
Outras (a)	16.805	27.142	7.999
<b>Total</b>	<b>49.785</b>	<b>104.467</b>	<b>58.601</b>

(a) Do total do corrente exercício, R\$ 14.605 referem-se a diferença entre o valor pago pela Secretaria do Tesouro Nacional e o que estava registrado em créditos específicos, nota 6.1.

## 20 OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS

	2º Sem/ 2018	2018	2017
Despesa com provisões cíveis	1.402	2.811	3.707
Despesa com provisões trabalhistas	9.881	11.376	10.944
Despesa com provisões fiscais e tributárias	96	248	495
Despesa com provisão sobre garantias prestadas	213	25.733	44.572
Atualização de passivos contingentes	6.658	13.188	10.660
Atualização do saldo devedor - aquisição de imóvel	543	1.006	858
Outras (a)	8.324	10.533	39.036
<b>Total</b>	<b>27.117</b>	<b>64.895</b>	<b>110.272</b>

(a) Do valor registrado nesta conta em 2017, R\$ 35.396 refere-se a parcela indenizatória do Programa de Estímulo ao Desligamento Voluntário – PEDV, implantado em maio/2017.

## 21 BENEFÍCIOS PÓS-EMPREGO

Em conformidade com a Deliberação nº. 695 da Comissão de Valores Mobiliários - CVM, o BRDE realizou, em dezembro de 2018, através de consultoria especializada, os cálculos atuariais cujos resultados são apresentados a seguir.

### 21.1 Plano de aposentadoria complementar em entidade fechada

O BRDE é patrocinador da Fundação BRDE de Previdência Complementar – ISBRE, entidade fechada de previdência complementar criada com o objetivo de oferecer, aos seus participantes, benefícios suplementares àqueles da Previdência Oficial, em especial suplementação de aposentadoria e pensão. O ISBRE, por sua vez, é gestor de dois Planos Previdenciários:

- Plano de Benefícios I (PB I): estruturado na modalidade de Benefício Definido, ao qual está vedado o ingresso de novos participantes, e cujo método de financiamento para determinação do custo e das contribuições é o Prêmio Nivelado Individual (regime de capitalização), avaliado por atuário independente. O perfil do plano é o seguinte:

PB I	Participantes	Idade média (anos)
Ativos	68	60,16
Assistidos	394	70,49
Pensionistas	89	72,30

- Plano de Benefícios II (PB II): implementado no primeiro semestre de 2002, estruturado na modalidade de Contribuição Variável, no qual os benefícios programados de renda vitalícia são determinados na data da concessão do benefício a partir do montante capitalizado das contribuições do BRDE e dos participantes. O perfil do plano é o seguinte:

<b>PB II</b>	<b>Participantes</b>	<b>Idade média (anos)</b>
Ativos	345	43,10
Assistidos	2	57,00
Pensionistas	15	26,80

### 21.1.1 – Premissas adotadas

Para os cálculos atuariais foram utilizadas as seguintes premissas:

	<b>2018</b>		<b>2017</b>	
	<b>PB I</b>	<b>PB II</b>	<b>PB I</b>	<b>PB II</b>
Taxa de desconto atuarial	4,82%	4,97%	5,29%	5,45%
Retorno real esperado sobre os ativos	4,82%	4,97%	5,29%	5,45%
Taxa real de crescimento salarial dos empregados ativos	4,206%		4,206%	
Crescimento real dos benefícios do plano durante o recebimento	0,00%		0,00%	
Fator de capacidade sobre os benefício	98,20%	100,00%	98,20%	100,00%
Fator de capacidade sobre os salários	98,20%	100,00%	98,20%	100,00%
Inflação esperada	4,01%	4,01%	3,96%	3,96%
Taxa de desconto nominal	9,02%	9,18%	9,46%	9,63%
Retorno nominal esperado sobre os ativos do plano	9,02%	9,18%	9,46%	9,63%
Taxa nominal de crescimento salarial dos empregados ativos	8,38%		8,33%	
Crescimento nominal dos benefícios do plano durante o recebimento	4,01%		3,96%	
Mortalidade geral	AT 2000 (suavizada em 10%), segregada por sexo		AT 2000 (suavizada em 10%), segregada por sexo	
Mortalidade de inválidos	MI 85, segregada por sexo		MI 85, segregada por sexo	
Entrada de invalidez	Álvaro Vindas		Álvaro Vindas	
Taxa anual de rotatividade	Nula		Nula	
Composição familiar	Família média. Pensionistas no PB I e aposentados e pensionistas no PB II, família efetiva conforme cadastro		Família média. Pensionistas no PB I e aposentados e pensionistas no PB II, família efetiva conforme cadastro	



### 21.1.2 – Patrimônio do Plano

<b>Patrimônio - PB I</b>	<b>Valor Contabilizado</b>	<b>Ajuste a Valor de Mercado</b>	<b>Valor Justo dos Ativos</b>
Disponível	4	-	4
Realizável - Gestão Previdencial	3.246	-	3.246
Realizável - Gestão Administrativa	2.796	-	2.796
Ações	174	-	174
Fundos de Investimentos: renda fixa	911.691	36.366	948.057
Fundos de Investimentos: renda variável	27.322	-	27.322
Fundos de Investimentos: estruturados	30.681	-	30.681
Investimentos Imobiliários	15.854	-	15.854
Empréstimos e Financiamentos	5.932	-	5.932
<b>Ativo Total</b>	<b>997.700</b>	<b>36.366</b>	<b>1.034.066</b>

  

<b>Patrimônio - PB II</b>	<b>Valor Contabilizado</b>	<b>Ajuste a Valor de Mercado</b>	<b>Valor Justo dos Ativos</b>
Disponível	2	-	2
Realizável - Gestão Previdencial	15	-	15
Realizável - Gestão Administrativa	1.680	-	1.680
Ações	14	-	14
Fundos de Investimentos: renda fixa	101.065	3.378	104.443
Fundos de Investimentos: renda variável	2.465	-	2.465
Fundos de Investimentos: estruturados	591	-	591
Investimentos Imobiliários	4.036	-	4.036
Empréstimos e Financiamentos	3.215	-	3.215
<b>Ativo Total</b>	<b>113.083</b>	<b>3.378</b>	<b>116.461</b>

### 21.1.3 – Apuração do Passivo (Ativo) Líquido

	<b>Plano de Benefícios I</b>		<b>Plano de Benefícios II</b>	
	<b>2018</b>	<b>2017</b>	<b>2018</b>	<b>2017</b>
Valor presente das obrigações atuariais	835.644	788.325	15.299	11.259
Valor justo dos ativos do plano	(992.237)	(922.192)	(15.202)	(12.054)
<b>Déficit/(Superávit) apurado</b>	<b>(156.593)</b>	<b>(133.867)</b>	<b>97</b>	<b>(795)</b>
Efeito no teto do ativo	156.593	133.867	-	795
Passivos adicionais	-	-	-	-
<b>Efeito do teto do ativo e passivos adicionais</b>	<b>156.593</b>	<b>133.867</b>	<b>-</b>	<b>795</b>
<b>Passivo/(Ativo) atuarial líquido</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>97</b>	<b>-</b>
Passivo/(ativo) já reconhecido	-	-	-	-
Passivo/(ativo) a reconhecer no exercício	-	-	<b>97</b>	-

Conforme previsão contida no item 65 da Deliberação nº. 695 da CVM, o BRDE não registrou seu ativo atuarial apurado no PB I, pois não se enquadra nas situações previstas para reconhecimento de ativo atuarial apurado.

#### 21.1.4 - Reconhecimento dos Custos do Plano no Período

	<u>PB I</u>	<u>PB II</u>
<b>Resultado do Exercício</b>		
Custo do serviço corrente	246	572
Custo do serviço passado		
a) (Ganhos)/perdas na alteração ou redução do plano	-	-
b) (Ganhos)/perdas na liquidação ( <i>settlement</i> )	-	-
Custo de juros sobre as obrigações atuariais	71.620	1.056
Rendimento esperado dos ativos do plano	(84.610)	(1.191)
Juros sobre o Efeito do Teto de Ativo e Passivos Adicionais	12.663	76
Remensurações de outros benefícios de longo prazo a empregados	-	-
<b>Total de despesa (receita) a reconhecer no Resultado do Exercício</b>	<b><u>(81)</u></b>	<b><u>513</u></b>
<b>Outros Resultados Abrangentes (ORA), no período</b>		
(Ganhos)/perdas nos ativos do plano	(34.932)	(1.483)
(Ganhos)/perdas nas obrigações atuariais		
a) Alteração da taxa de desconto em relação ao ano anterior	35.399	1.040
b) Experiência da população	(2.704)	1.939
c) Concessão de benefícios	-	213
(Ganhos)/perdas no efeito do Teto do Ativo e nos Passivos Adicionais	10.063	(871)
Remensurações de outros benefícios de longo prazo a empregados	-	-
<b>(Ganhos)/perdas a reconhecer em ORA</b>	<b><u>7.826</u></b>	<b><u>838</u></b>
<b>Outros Resultados Abrangentes (ORA), acumulado</b>		
(Ganhos)/perdas acumulados reconhecidos no início do período em ORA	26.224	1.224
(Ganhos)/perdas no período	7.826	838
<b>Ganhos)/perdas acumulados reconhecidos ao fim do período em ORA</b>	<b><u>34.050</u></b>	<b><u>2.062</u></b>
<b>Reconciliação do Passivo/(Ativo) reconhecido</b>		
Passivo/(ativo) no fim do período anterior	-	-
Despesa/(receita) reconhecida no Resultado do Exercício	(81)	513
(Ganhos)/perdas reconhecidas em ORA	7.826	838
Contribuições do empregador	(7.745)	(1.255)
Benefícios pagos diretamente pela empresa	-	-
<b>Passivo/(Ativo) no fim do período</b>	<b><u>-</u></b>	<b><u>96</u></b>

### 21.1.5 – Demonstração das Mudanças nos Valores Divulgados

	<b>PB I</b>	<b>PB II</b>
<b>Resultado do Exercício</b>		
Valor justo dos ativos no fim do período anterior	(922.191)	(12.054)
Benefícios pagos no período utilizando os ativos do plano	58.302	780
Contribuições de participante realizadas no período	(1.060)	-
Contribuições do empregador realizadas no período	(7.745)	(1.255)
Rendimento esperado dos ativos:		
a) Rendimento esperado sobre os ativos do plano	(87.235)	(1.160)
b) Rendimento sobre contribuições esperadas	(328)	(58)
c) Perda de rendimento com pagamento esperados de benefícios	2.952	28
(Ganhos)/perdas no valor justo dos ativos do plano	(34.933)	(1.483)
<b>Valor justo dos ativos no fim do período</b>	<b>(992.238)</b>	<b>(15.202)</b>
<b>Obrigações Atuariais</b>		
Obrigações atuariais no início do período	788.325	11.259
Custo do serviço corrente líquido	246	572
Custo do serviço passado	-	-
Contribuições de participante realizadas no período	1.060	-
Juros sobre obrigação atuarial:		
a) Despesa de juros sobre obrigação atuarial	74.572	1.084
b) Redução de juros decorrente dos pagamentos esperados de benefícios	(2.952)	(28)
Benefícios pagos no período	(58.302)	(780)
(Ganhos)/perdas nas obrigações atuariais	32.695	3.192
<b>Obrigações atuariais no fim do período</b>	<b>835.644</b>	<b>15.299</b>
<b>Teto do Ativo e Requisitos de Funding Mínimo</b>		
Efeito do Teto de Ativo e Passivos Adicionais no fim do período anterior	133.867	795
Juros esperados sobre o Efeito do Teto de Ativo e Passivos Adicionais	12.663	76
(Ganhos)/perdas no Efeito do Teto de Ativo e nos Passivos Adicionais	10.063	(871)
<b>Efeito do Teto de Ativo e Passivos Adicionais no fim do período</b>	<b>156.593</b>	<b>-</b>

### 21.1.6 – Fluxo de Caixa

	<b>PB I</b>	<b>PB II</b>
<b>Fluxo de caixa no período</b>		
Contribuições do empregador	7.745	1.255
Contribuições do participante	1.060	-
Benefícios pagos utilizando os ativos do plano	58.302	780
<b>Fluxo de caixa estimado para o período seguinte</b>		
Contribuições do empregador	7.051	1.326
Contribuições do participante	60	-
Benefícios pagos utilizando os ativos do plano	64.760	747

### 21.1.7 – Análise de Sensibilidade

Conforme item 145 do CPC 33(R1), o BRDE deve divulgar análise de sensibilidade para premissas atuariais significativas. A tabela a seguir apresenta a análise de sensibilidade das premissas mais relevantes, com variações razoavelmente possíveis na data da avaliação atuarial.

Premissa	Análise de Sensibilidade	Impacto R\$ mil		Impacto %	
		PB I	PB II	PB I	PB II
Taxa de desconto	aumento de 0,5%	-37.569	-1.081	(4,50%)	(7,06%)
	redução de 0,5%	40.776	1.218	4,88%	7,96%
Expectativa de vida	aumento de 1 ano	14.009	-151	1,68%	(0,99%)
	redução de 1 ano	-14.374	167	(1,72%)	1,09%

### 21.2 - Contribuição paritária

Devido às disposições contidas no parágrafo 3º do art. 202 da Constituição Federal, o BRDE deve contribuir ao ISBRE de, no máximo, mesmo valor das contribuições efetuadas pelos participantes. No Plano de Benefícios I, as contribuições efetuadas pelo BRDE são paritárias às realizadas pelos seus colaboradores, mesmo inativos. No Plano de Benefícios II, as contribuições efetuadas pelo BRDE são paritárias às realizadas pelos seus colaboradores até um nível pré-determinado, observado o Regulamento e o plano de custeio anual. Não é prevista contribuição normal para os assistidos do Plano de Benefícios II.

### 21.3 - Plano de assistência médica

O BRDE oferece aos seus funcionários aposentados, integrantes do Regulamento de Pessoal I, a exemplo dos funcionários ativos, plano de benefícios com ressarcimento parcial de despesas médicas. Foi efetuado, por Atuário Independente, também em dezembro de 2018, o cálculo das obrigações do BRDE relativo a esse benefício pós-emprego, nos critérios da Deliberação nº. 695 da CVM, o qual encontra-se registrado na rubrica "Outras Obrigações – Diversas", tendo o seguinte perfil:

PB I	Frequência de beneficiários	Idade média (anos)
Ativos	71	59
Aposentados	402	70
Pensionistas	91	71
Dependentes	406	57

### 21.3.1 – Premissas Adotadas

	<b>2018</b>	<b>2017</b>
Taxa de desconto atuarial	4,97%	5,37%
Retorno real esperado sobre os ativos	4,97%	5,37%
Taxa real de crescimento salarial dos empregados ativos		0,00%
HCCTR (real)	3,50%	3,50%
Fator de capacidade sobre os benefícios		100,00%
Fator de capacidade sobre os salários		100,00%
Inflação esperada	4,01%	3,96%
Taxa de desconto nominal	9,18%	9,54%
Retorno nominal esperado sobre os ativos do plano	9,18%	9,54%
Taxa nominal de crescimento salarial dos empregados ativos	4,01%	3,96%
HCCTR (nominal)	7,65%	7,60%
Mortalidade geral	AT 2000 (suavizada em 10%), segregada por sexo	AT 2000 (suavizada em 10%), segregada por sexo
Mortalidade de inválidos	MI 85, segregada por sexo	MI 85, segregada por sexo
Entrada de invalidez		Álvaro Vindas
Taxa anual de rotatividade		Não utilizado
Composição familiar	Família efetiva (conforme informações cadastrais)	Família média

### 21.3.2 – Apuração do Passivo (Ativo) Líquido

	<b>2018</b>	<b>2017</b>
Valor presente das obrigações atuariais	167.676	141.540
Valor justo dos ativos do plano	-	-
<b>Déficit/(Superávit) apurado</b>	<b>167.676</b>	<b>141.540</b>
<b>Efeito do teto do ativo</b>	-	-
<b>Passivo/(Ativo) atuarial líquido</b>	-	-
Passivo/(ativo) já reconhecido	141.540	
Passivo/(ativo) a reconhecer no exercício	<u>26.136</u>	

### 21.3.3 – Reconhecimento dos Custos do Plano no Período

	<b>2018</b>
<b>Resultado do Exercício</b>	
Custo do serviço corrente	1.096
Custo do serviço passado	
a) (Ganhos)/perdas na alteração ou redução do plano	-
b) (Ganhos)/perdas na liquidação ( <i>settlement</i> )	-
Custo de juros sobre as obrigações atuariais	13.184
Rendimento esperado dos ativos do plano	-
Juros sobre o Efeito do Teto de Ativo e Passivos Adicionais	-
Remensurações de outros benefícios de longo prazo a empregados	
<b>Total de despesa (receita) reconhecida no Resultado do Exercício</b>	<b><u>14.280</u></b>
<b>Outros Resultados Abrangentes (ORA), no período</b>	
(Ganhos)/perdas nos ativos do plano	-
(Ganhos)/perdas nas obrigações atuariais	
a) Alteração da taxa de desconto em relação ao ano anterior	9.023
b) Aumento do nível de despesas assistenciais do PAS	16.603
c) Experiência da população	(7.504)
(Ganhos)/perdas no efeito do Teto do Ativo e nos Passivos Adicionais	-
Remensurações de outros benefícios de longo prazo no Resultado do Exercício	
<b>(Ganhos)/perdas reconhecidos em ORA</b>	<b><u>18.122</u></b>
<b>Outros Resultados Abrangentes (ORA), acumulado</b>	
(Ganhos)/perdas acumulados reconhecidos no fim do período anterior em ORA	85.337
(Ganhos)/perdas no período	18.122
<b>(Ganhos)/perdas acumulados reconhecidos ao fim do período em ORA</b>	<b><u>103.459</u></b>
<b>Reconciliação do Passivo/(Ativo) reconhecido</b>	
Passivo/(ativo) no fim do período anterior	141.540
Despesa/(receita) reconhecida no Resultado do Exercício	14.280
(Ganhos)/perdas reconhecidas em ORA	18.122
Contribuições do empregador	(6.266)
Benefícios pagos diretamente pela empresa	-
<b>Passivo/(Ativo) no fim do período</b>	<b><u>167.676</u></b>

Conforme previsão contida no Pronunciamento Técnico CPC 33 (R1), o BRDE reconheceu todos os ganhos e perdas atuariais no Patrimônio Líquido na rubrica "Ajustes de Avaliação Patrimonial", no montante de R\$ (12.991), no exercício findo em 31 de dezembro de 2018 (2017 - R\$ (27.238), líquido de efeitos tributários. O saldo final, em 31 de dezembro, dos ganhos e perdas atuariais registrados no Patrimônio Líquido, já deduzidos os efeitos tributários, ficou em R\$ (82.222) (2017 - R\$ (69.232).

### 21.3.4 – Mudança nos Valores Divulgados

	<b>2018</b>
<b>Valor justo dos ativos no fim do período</b>	<b>-</b>
<b>Obrigações Atuariais</b>	
Obrigações atuariais no início do período	141.540
Custo do serviço corrente	1.096
Juros sobre obrigação atuarial:	
a) Despesa de juros sobre a obrigação atuarial	13.507
b) Redução de juros decorrente dos pagamentos esperados de benefícios	(323)
Benefícios pagos no período	(6.266)
(Ganhos)/perdas nas obrigações atuariais	18.122
<b>Obrigações atuariais no fim do período</b>	<b>167.676</b>
<b>Efeito do Teto de Ativo e Passivos Adicionais no fim do período</b>	<b>-</b>

### 21.3.5 – Fluxo de Caixa

	<b>2018</b>
<b>Fluxo de caixa no período</b>	
Contribuições do empregador	6.266
Contribuições do participante	-
Benefícios pagos utilizando os ativos do plano	6.266
Benefícios pagos diretamente pela empresa	-
<b>Fluxo de caixa estimado para o período seguinte</b>	
Contribuições do empregador	8.757
Contribuições do participante	-
Benefícios pagos utilizando os ativos do plano	8.757
Benefícios pagos diretamente pela empresa	-

### 21.3.6 – Análise de Sensibilidade

A tabela a seguir apresenta a análise de sensibilidade das premissas mais relevantes, com variações razoavelmente possíveis na data da avaliação atuarial.

Premissa	Análise de Sensibilidade	Impacto	
		R\$	%
Taxa de desconto	aumento de 0,5%	-11.140	(6,64%)
	redução de 0,5%	12.686	7,57%
Expectativa de vida	aumento de 1 ano	6.087	3,63%
	redução de 1 ano	-6.049	(3,61%)
HCCTR	aumento de 0,5%	12.812	7,64%
	redução de 0,5%	-11.340	(6,76%)

## 22 PARTES RELACIONADAS

(a) Fundação BRDE de Previdência Complementar - ISBRE - No segundo semestre de 2005, o BRDE adquiriu o imóvel onde se encontra instalada sua agência de Curitiba, no valor de R\$ 8.720. Desse montante, R\$ 8.000 foram financiados para pagamento em 25 anos com encargos de INPC mais juros de 6% a.a. (nota 8). As despesas com encargos no exercício encontram-se registradas no resultado do Banco em "Outras Despesas Operacionais" (Nota 20).

O BRDE aluga salas de propriedade da Fundação ISBRE para uso das suas atividades operacionais. As despesas com o referido aluguel estão registradas em "Outras Despesas Operacionais".

A Fundação reembolsa todas as despesas com remuneração e encargos que o BRDE tem com os funcionários cedidos que desempenham funções de diretoria no ISBRE.

O Banco paga à Fundação contribuições mensais na função de patrocinador dos planos de benefício e registra no resultado em "Despesas de Pessoal".

	Direitos (Obrigações)		Receitas / (Despesas)	
	2018	2017	2018	2017
Compra imóvel agência Curitiba	(10.628)	(10.836)	(1.006)	(858)
Locação de salas	-	-	(639)	(628)
Ressarcimento de salários	-	-	556	1.385
Contribuição patronal	-	-	(10.457)	(12.491)
<b>Total de operações com ISBRE</b>	<b>(10.628)</b>	<b>(10.836)</b>	<b>(11.546)</b>	<b>(12.592)</b>

## 23 CAPITAL REGULAMENTAR

De acordo com os critérios estabelecidos nas Resoluções CMN nº 4.192/2013 e 4.193/2013, e demais normas complementares, apresentamos os valores do Patrimônio de Referência, dos Ativos Ponderados pelo Risco e o Índice de Basileia.

	2018	2017
<b>Patrimônio de Referência</b>	<b>2.669.484</b>	<b>2.504.787</b>
Patrimônio de Referência - nível I	2.669.484	2.504.787
Capital destacado para operações com setor público	-	180.000
<b>Total de ativos ponderados pelo risco (RWA)</b>	<b>15.258.536</b>	<b>15.497.357</b>
Risco de Crédito - $RWA_{CPAD}$	14.035.101	14.376.367
Risco de Mercado - $RWA_{MPAD}$	5.585	17.175
Risco Operacional - $RWA_{OPAD}$	1.217.850	1.103.815
Risco taxa de juros da carteira não negociável ( $R_{BAN}$ )	22.952	49.843
<b>Margem sobre o PR considerando <math>R_{BAN}</math></b>	<b>1.044.386</b>	<b>647.722</b>
<b>Índice de Basileia</b>	<b>17,50%</b>	<b>15,00%</b>



## 24 GERENCIAMENTO DE RISCO E INSTRUMENTOS FINANCEIROS

O BRDE possui estrutura própria de comitês para o gerenciamento dos seus riscos.

Os principais riscos relacionados aos instrumentos financeiros são risco de crédito, risco de mercado, risco de liquidez e risco operacional, abaixo definidos:

**Risco de Crédito:** é a possibilidade de ocorrência de perdas para o Banco, associadas ao não cumprimento pela contraparte de empréstimo ou operação financeira, de suas obrigações nos termos pactuados.

O gerenciamento do risco de crédito no BRDE é realizado por meio da classificação dos clientes em níveis de risco, utilizados também nos processos de concessão de crédito, bem como pelo monitoramento dos clientes por uma área específica do Banco.

**Risco de Mercado:** está diretamente relacionado às flutuações de preços e taxas, ou seja, às oscilações dos mercados de taxas de juros e câmbio dentro e fora do país.

**Risco de Liquidez:** está relacionado ao descasamento de fluxos financeiros de ativos e passivos, com reflexos sobre a capacidade financeira da instituição em obter recursos para honrar seus compromissos.

A política de risco de mercado e liquidez tem como propósito mitigar possíveis perdas decorrentes das variações de preços de mercado, de moedas e de taxas de juros dos ativos e passivos e de descasamento de fluxos de caixa. Como o BRDE atua basicamente com operações de repasse “casadas” entre a parte ativa e a passiva, esses riscos são reduzidos.

**Risco Operacional:** o Banco possui estrutura responsável por identificação, avaliação, monitoramento, controle e mitigação dos riscos operacionais da instituição.

Essa estrutura, através de metodologia apropriada, realiza avaliações periódicas nos processos identificando os riscos inerentes, tratando-os de maneira adequada à sua mitigação. O relatório descritivo do gerenciamento do risco operacional encontra-se na sede do Banco.

O BRDE considerou como aceitável a sua exposição aos riscos mencionados acima e não contratou no período operações envolvendo Instrumentos Financeiros Derivativos.

\* \* \*

## **BANCO REGIONAL DE DESENVOLVIMENTO DO EXTREMO SUL - BRDE**

### **DIRETORIA**

- Diretor-Presidente e Diretor de Acompanhamento e Recuperação de Créditos ➤ **NEUTO FAUSTO DE CONTO**
- Vice-Presidente, Diretor de Planejamento e Diretor Financeiro ➤ **LUIZ CORRÊA NORONHA**
- Diretor de Operações ➤ **GUILHERME FUMAGALLI GUERRA**
- Diretor Administrativo ➤ **ORLANDO PESSUTI**

### **CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**

- Presidente ➤ **NEUTO FAUSTO DE CONTO**
- Conselheiros:
  - **VALMOR WEISS**
  - **ALTEVIR ROCHA DE ANDRADE**
  - **RAFFAELE MARSIAJ QUINTO DI CAMELI**
  - **THIAGO ROCHA MOYSÉS**
  - **PATRÍCIA LOUREIRO ABREU ALVES BARBOSA**

**FABIANO MEASSI**  
Contador Geral-CRCRS-070.237/O-6  
CPF – 899.528.120-00

**RESUMO DO RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA**  
**Período findo em 31/12/2018**

**INTRODUÇÃO**

O Comitê de Auditoria, órgão estatutário do Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul – BRDE, constituído em 22 de junho de 2016, nos termos previstos pela Resolução do CMN nº 3.198 de 27 de maio de 2004, tem por finalidade, além de outras previstas nas normas em vigor, revisar, previamente à publicação, as demonstrações contábeis semestrais, inclusive notas explicativas, relatório da administração e parecer da auditoria independente.

Destacamos que, neste semestre, ocorreu a posse do novo membro do Comitê de Auditoria, Sr. Allan Jones dos Santos, nomeado pela Exma. Sra. Governadora do Estado do Paraná, Maria Aparecida Borghetti, tendo sua aprovação pelo Banco Central do Brasil, divulgado no Comunicado n. 32.460 de 23 de agosto de 2018.

**ATIVIDADES EXERCIDAS**

Durante o segundo semestre de 2018 foram realizadas quatro reuniões, onde foram exercidas as atribuições regulamentares resultando nas conclusões abaixo:

**I - AUDITORIA INTERNA**

O Comitê avaliou as atividades da Auditoria Interna, atestando a efetividade e adequação dos procedimentos e do cumprimento de dispositivos legais e normativos internos e externos aplicáveis ao BRDE. Bem como, acompanhou a evolução do atendimento das recomendações da AUDIN para as áreas gestoras objetivando a mitigação dos riscos identificados.

**II- SISTEMAS DE CONTROLES INTERNOS**

O Comitê avaliou as atividades da Superintendência de Gestão de Riscos, Controles Internos e *Compliance*, atestando a efetividade dos sistemas de controle interno da Instituição no cumprimento do disposto na regulamentação expedida pelo BACEN.

**III- AUDITORIA INDEPENDENTE**

O Comitê avaliou como satisfatória a qualidade e o detalhamento das informações fornecidas pela Ernst & Young Auditores Independentes S.S. sobre as demonstrações financeiras do BRDE, não tendo sido constatadas situações que possam prejudicar a independência dos auditores.

**IV - SUPERINTENDÊNCIA FINANCEIRA**

O Comitê de Auditoria não identificou descumprimento das normas, ato ou omissão por parte dos administradores do BRDE que indicasse a existência de fraudes, falhas ou erros que coloquem em risco a fidedignidade das demonstrações financeiras. Diante disso, o Comitê de Auditoria, ponderadas as suas responsabilidades e as limitações decorrentes do escopo de sua atuação, recomenda ao Conselho de Administração a aprovação das Demonstrações Financeiras do BRDE pertinentes à data-base de 31 de dezembro de 2018.

Porto Alegre, 26 de março de 2019.

DAGOBERTO BONFILHO BELTRAME  
Coordenador do Comitê de Auditoria

OSNI JOSÉ SCHROEDER

ALLAN JONES DOS SANTOS